



Certidão Permanente
Código de acesso: 4015-7807-5111

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel.(artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

Matrícula

NIPC: 501050337

Denominação: ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTA CRUZ DA TRAPA

Natureza Jurídica: PCUP

Sede: SANTA CRUZ DA TRAPA

Distrito: Viseu Concelho: São Pedro do Sul Freguesia: Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões
3660 261 STA CRUZ DA TRAPA

Fins: 1) A AHBVSCT tem como objectivo principal realizar as actividades normalmente ligadas à protecção civil, para salvaguarda de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos, busca de pessoas desaparecidas e a extinção de incêndios. Para o efeito, detém e mantém em actividade um corpo de bombeiros voluntários, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros e demais legislação aplicável. 2) A AHBVSCT pode desenvolver outras actividades, individualmente ou em associação com outras pessoas singulares ou colectivas, remuneradas ou não, desde que não tenham fim lucrativo e respeitem o seu objectivo principal, nomeadamente: a) Prestação de serviços de transporte de doentes; b) Prestação de cuidados de saúde; c) Realização de actividades desportivas, culturais e recreativas, conducentes a uma melhor preparação física e intelectual dos membros do seu corpo de bombeiros e dos seus associados; d) Actividades de carácter social de apoio e protecção à infância, à juventude, à deficiência e aos idosos ou em qualquer situação de carência que justifique uma actuação pró humanitária.

CAE Principal: 84250-R3

CAE Secundário (1): 49392-R3 CAE Secundário (2): 56301-R3

Forma de Obrigação: As assinaturas conjuntas de dois membros efectivos da Direcção, uma das quais deverá ser sempre a do presidente (Cont v. insc 2)

Prazo de duração dos(s) Mandato(s): dois anos com início em 8 de Abril de 2014

Administração/Representação Legal/ Liquidatário/Gestor Judicial:

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome: JOÃO FRAGA DE OLIVEIRA
NIF/NIPC: 127445986
Cargo: Presidente da direcção

Nome: MARIO ANTONIO DE ALMEIDA
NIF/NIPC: 174127871
Cargo: Vice Presidente da direcção

Nome: DURVAL TAVARES RODRIGUES JORGE
NIF/NIPC: 116299231
Cargo: Tesoureiro da direcção

Nome: SILVIA MARGARIDA DE OLIVEIRA MONTEIRO
NIF/NIPC: 204530970
Cargo: 1º Secretário da direcção

Nome: JOSE LUIS DA COSTA E SILVA
NIF/NIPC: 192395203
Cargo: 2º Secretário da direcção

Nome: ANTONIO CARLOS GOMES DE ALMEIDA
NIF/NIPC: 120662060
Cargo: Vogal da direcção

Nome: ALVARO JOSE ALMEIDA DE JESUS
NIF/NIPC: 168922339
Cargo: Vogal da direcção

Nome: JOSÉ LUÍS PEREIRA BARROS
NIF/NIPC: 145609251
Cargo: Suplente da direcção

Nome: ANTÓNIO RODRIGUES DOS REIS
NIF/NIPC: 138230080
Cargo: Suplente da direcção

Nome: JOÃO DIOGO DE LIMA
NIF/NIPC: 132198886
Cargo: Suplente da direcção

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome: JOSÉ FRADIQUE ALMEIDA RIBEIRO
NIF/NIPC: 133760340
Cargo: Presidente do conselho fiscal

Nome: JOSÉ NUNES DE ALMEIDA
NIF/NIPC: 206051530
Cargo: Vice Presidente do conselho fiscal

Nome: FERNANDO FIGUEIREDO OLIVEIRA
NIF/NIPC: 133201376
Cargo: Secretário do conselho fiscal

Nome: RUI JORGE PAIVA TEIXEIRA
NIF/NIPC: 198822731

Cargo: Suplente do conselho fiscal

Nome: NUNO MIGUEL ALMEIDA CAMPOS

NIF/NIPC: 214258343

Cargo: Suplente do conselho fiscal

Conservatória onde se encontram depositados os documentos: Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de São Pedro do Sul
Corresponde à anterior matrícula nº 3/1990-05-10 na Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de São Pedro do Sul

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Inscrições - Averbamentos - Anotações

Insc.1 Ap.09/19900510 - CONSTITUIÇÃO/INSTITUIÇÃO DE PCUP E DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTAÇÃO

DENOMINAÇÃO: BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTA CRUZ DA TRAPA
NIPC: 501050337

NATUREZA JURÍDICA: PCUP

SEDE: VILA NOVA, SANTA CRUZ DA TRAPA

Distrito: Viseu Concelho: São Pedro do Sul Freguesia: Santa Cruz da Trapa

3665 SÃO PEDRO DO SUL

Fins: Criar e manter um corpo de Bombeiros Voluntários, socorrer feridos e doentes e a protecção, por qualquer outra forma, de vidas e bens.

Património social: O produto de quotas e jóias e de venda de exemplares de estatutos e de emblemas, os rendimentos provenientes de festas promovidas pela Direcção, os subsídios do Estado e quaisquer outros rendimentos ou donativos que lhe sejam destinados.

ÓRGÃOS SOCIAIS/FORMA DE OBRIGAR:

Estrutura da administração: Direcção, composta por sete membros: Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretários, Tesoureiro e dois vogais, havendo três suplentes.

Estrutura da fiscalização: Conselho Fiscal, composto por três membros: Presidente, Vice-presidente e Secretário-Relator, havendo dois suplentes.

Forma de obrigar: com a assinatura do Presidente e Tesoureiro

CONSERVATÓRIA DA SEDE:

Distrito: Viseu

Concelho: São Pedro do Sul

Conservatoria: CRPCPC São Pedro do Sul

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

HILDEBRANDO PINHO DE OLIVEIRA

Cargo: Presidente

Residência/Sede: Eiras, Santa Cruz da Trapa

3660 São Pedro do Sul

ARTUR DE FIGUEIREDO COSTA

Cargo: Vice-presidente

Residência/Sede: Lourosa, Santa Cruz da Trapa

3660 São Pedro do Sul

MANUEL GOMES FERREIRA

Cargo: 1º Secretário

Residência/Sede: Vendas, Santa Cruz da Trapa

3660 São Pedro do Sul

ANTÓNIO RODRIGUES MARQUES

Cargo: 2º Secretário

Residência/Sede: Bairro de Santa Eugénia

Viseu

ANTÓNIO DE ALMEIDA

Cargo: Tesoureiro

Residência/Sede: Covilhô, Santa Cruz da Trapa

São Pedro do Sul

CARLOS ALBERTO FERNANDES ROCHA

Cargo: Vogal

Residência/Sede: Vila Nova, Santa Cruz da Trapa

3660 São Pedro do Sul

TELMO DE ALMEIDA

Cargo: Vogal

Residência/Sede: Paçô, Santa Cruz da Trapa

3660 São Pedro do Sul

Transcrição da ficha-inscrição nº 1

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de São Pedro do Sul
O(A) Conservador(a), Maria Noémia dos Santos Gonçalves

Insc.2 AP. 1/20120312 11:12:56 UTC - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

Artigo(s) alterado(s):

Reformulação total dos estatutos

DENOMINAÇÃO: ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTA CRUZ DA TRAPA

SEDE: SANTA CRUZ DA TRAPA

Distrito: Viseu Concelho: São Pedro do Sul

3660 - 261 STA CRUZ DA TRAPA

Fins: 1) A AHBVSCT tem como objectivo principal realizar as actividades normalmente ligadas à protecção civil, para salvaguarda de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos, busca de pessoas desaparecidas e a extinção de incêndios. Para o efeito, detém e mantém em actividade um corpo de bombeiros voluntários, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros e demais legislação aplicável. 2) A AHBVSCT pode desenvolver outras actividades, individualmente ou em associação com outras pessoas singulares ou colectivas, remuneradas ou não, desde que não tenham fim lucrativo e respeitem o seu objectivo principal, nomeadamente: a) Prestação de serviços de transporte de doentes; b) Prestação de cuidados de saúde; c) Realização de actividades desportivas, culturais e recreativas, conducentes a uma melhor preparação física e intelectual dos membros do seu corpo de bombeiros e dos seus associados; d) Actividades de carácter social de apoio e protecção à infância, à juventude, à deficiência e aos idosos ou em qualquer situação de carência que justifique uma actuação pró humanitária.

Estrutura da representação: Direcção, composta por sete membros: Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretários, Tesoureiro e dois vogais, havendo três suplentes.

Estrutura da fiscalização: Conselho Fiscal, composto por três membros: Presidente, Vice-presidente e Secretário-Relator, havendo dois suplentes.

Duração dos mandatos: 2 anos

Forma de obrigar: As assinaturas conjuntas de dois membros efectivos da Direcção, uma das quais deverá ser sempre a do presidente. Nas operações financeiras, nomeadamente movimentação de contas bancárias, apenas é obrigatório que uma das duas assinaturas seja a do tesoureiro.

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de São Pedro do Sul

O(A) Adjunto(a) do Conservador, em substituição, Maria Fernanda da Silva Barbosa Carneiro

An. 1 - 20120330 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de São Pedro do Sul

O(A) Adjunto(a) do Conservador, em substituição, Maria Fernanda da Silva Barbosa Carneiro

Av.1 OF. 20140122 - ATUALIZAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA FREGUESIA DA SEDE

Distrito: Viseu Concelho: São Pedro do Sul Freguesia: Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de São Pedro do Sul

O(A) Ajudante por delegação, Isabel Maria Alves Ribeiro de Almeida Cardoso

An. 1 - 20140122 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de São Pedro do Sul

O(A) Ajudante por delegação, Isabel Maria Alves Ribeiro de Almeida Cardoso

Insc.3 AP. 1/20140515 13:01:01 UTC - DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ORGÃO(S) DE ADMINISTRAÇÃO/REPRESENTAÇÃO

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome/Firma: JOÃO FRAGA DE OLIVEIRA

NIF/NIPC: 127445986

Cargo: Presidente da direcção

Residência/Sede: Rua da Azenha, nº 13

3660 - 250 Santa Cruz da Trapa

Nome/Firma: MARIO ANTONIO DE ALMEIDA

NIF/NIPC: 174127871

Cargo: Vice Presidente da direcção

Residência/Sede: Rua Chão de Março, nº 39, Vendas

3660 - 260 Santa Cruz da Trapa

Nome/Firma: DURVAL TAVARES RODRIGUES JORGE

NIF/NIPC: 116299231

Cargo: Tesoureiro da direcção

Residência/Sede: Rua Rainha D. Amélia, nº 163

3660 - 249 Lourosa da Trapa

Nome/Firma: SILVIA MARGARIDA DE OLIVEIRA MONTEIRO

NIF/NIPC: 204530970

Cargo: 1º Secretário da direcção

Residência/Sede: Rua de Paço, nº 9

3660 - 250 Santa Cruz da Trapa

Nome/Firma: JOSE LUIS DA COSTA E SILVA

NIF/NIPC: 192395203

Cargo: 2º Secretário da direcção

Residência/Sede: Rua das Eiras, nº 30

3660 - 255 Santa Cruz da Trapa

Nome/Firma: ANTONIO CARLOS GOMES DE ALMEIDA

NIF/NIPC: 120662060

Cargo: Vogal da direcção

Residência/Sede: Av. D. João Peculiar, nº 73/75

3660 - 246 Santa Cruz da Trapa

Nome/Firma: ALVARO JOSE ALMEIDA DE JESUS

NIF/NIPC: 168922339

Cargo: Vogal da direcção

Residência/Sede: Rua Chão de Março, nº 12

3660 - 260 Santa Cruz da Trapa

Nome/Firma: JOSÉ LUÍS PEREIRA BARROS

NIF/NIPC: 145609251

Cargo: Suplente da direcção

Residência/Sede: Rua Chão das Eiras, nº 5

3660 - 255 Santa Cruz da Trapa

Nome/Firma: ANTÓNIO RODRIGUES DOS REIS
NIF/NIPC: 138230080
Cargo: Suplente da direção
Residência/Sede: Rua Dr. José Leitão de Castro, nº 9, Vendas
3660 - 260 Santa Cruz da Trapa

Nome/Firma: JOÃO DIOGO DE LIMA
NIF/NIPC: 132198886
Cargo: Suplente da direção
Residência/Sede: Av. D. João Peculiar, nº 138
3660 - 246 Santa Cruz da Trapa

OUTRO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS):

Nome/Firma: JOSÉ FRADIQUE ALMEIDA RIBEIRO
NIF/NIPC: 133760340
Cargo: Presidente do conselho fiscal
Residência/Sede: Rua Principal, nº 116
3660 - 603 Ferreiros

Nome/Firma: JOSÉ NUNES DE ALMEIDA
NIF/NIPC: 206051530
Cargo: Vice Presidente do conselho fiscal
Residência/Sede: Largo da Redilota, nº 14
3660 - 602 Covelas

Nome/Firma: FERNANDO FIGUEIREDO OLIVEIRA
NIF/NIPC: 133201376
Cargo: Secretário do conselho fiscal
Residência/Sede: Av. 17 de Agosto, nº 707
3660 - 252 Santa Cruz da Trapa

Nome/Firma: RUI JORGE PAIVA TEIXEIRA
NIF/NIPC: 198822731
Cargo: Suplente do conselho fiscal
Residência/Sede: Rua Joaquim Almeida Sobrinho, nº 235
3660 - 255 Santa Cruz da Trapa

Nome/Firma: NUNO MIGUEL ALMEIDA CAMPOS
NIF/NIPC: 214258343
Cargo: Suplente do conselho fiscal
Residência/Sede: Vila Nova
3660 - 261 Santa Cruz da Trapa

Prazo de duração do(s) mandato(s): dois anos com início em 8 de Abril de 2014
Data da deliberação: 30 de Março de 2014

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de São Pedro do Sul
O(A) Adjunto(a) do Conservador, Maria Fernanda da Silva Barbosa Carneiro

An. 1 - 20140526 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de São Pedro do Sul
O(A) Adjunto(a) do Conservador, Maria Fernanda da Silva Barbosa Carneiro

Certidão permanente subscrita em 05-11-2014 e válida até 05-11-2015

Fim da Certidão

Nota Importante:

Não necessita de imprimir este documento. Pode dar o código de acesso a qualquer entidade pública ou privada, sempre que precise de apresentar uma certidão de registo comercial.

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

-----No dia oito de Fevereiro de dois mil e doze, no Cartório Notarial de S. Pedro do Sul, perante mim, **David Gomes**, respectivo Notário, compareceu, como outorgante, -----

-----**João Fraga de Oliveira**, casado, natural da freguesia de St.^a Cruz da Trapa, concelho de S. Pedro do Sul, onde reside na Rua da Azenha, 13,

-----que intervém na qualidade de Presidente da Direcção e em representação da “**Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Trapa**”, nesta escritura designada abreviadamente por “AHBVSCT”, com sede na vila de St.^a Cruz da Trapa, concelho de S. Pedro do Sul, pessoa colectiva de utilidade pública administrativa, com personalidade jurídica, constituída e regida por estatutos conformes ao Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros, constantes da escritura de vinte e seis de Fevereiro de mil novecentos e oitenta, exarada a folhas nove, verso, e seguintes, do Livro número A – trezentos e noventa e sete, do Cartório Notarial de S. Pedro do Sul, com o NIPC 501.050.337, qualidade e poderes constantes das actas números quarenta e quatro, de sete de Maio de dois mil e dez e catorze, de vinte e sete de Março de dois mil e onze, das quais arquivo fotocópias. -----

-----Verifiquei a identidade do outorgante por ser do meu conhecimento pessoal.-----

-----**E PELO OUTORGANTE, NA QUALIDADE EM QUE INTERVÉM, FOI DITO:** -----

-----Que, em cumprimento da deliberação validamente tomada na citada Assembleia Geral realizada em vinte e sete de Março de dois mil e onze da

“Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Trapa”, que representa, altera os estatutos da associação sua representada, mantendo, apenas, a designação e o objecto social, passando, assim, a “AHBVSCT” a reger-se pelos estatutos constantes dos artigos seguintes, no qual são também transcritos os artigos respeitantes à designação e ao objecto social apenas para que os estatutos não fiquem dispersos. -----

----- **CAPÍTULO I** -----

----- **DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS** -----

----- **1.º** -----

----- **(Denominação, Natureza Jurídica e Sede)** -----

-----**1.** ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SANTA CRUZ DA TRAPA é uma pessoa colectiva de utilidade pública administrativa, com personalidade jurídica, constituída e regida por estatutos conformes ao Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros, não prossegue fins lucrativos e, por natureza e tradição, é apartidária e não confessional. -----

-----**2.** Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Trapa, doravante aqui apenas designada por AHBVSCT, tem a sua sede na Vila de Santa Cruz da Trapa, concelho de São Pedro do Sul. -

----- **2.º** -----

----- **(Duração)** -----

-----A AHBVSCT durará por tempo indeterminado, só podendo dissolver-se nos termos e pela forma previstas nestes estatutos e na lei. ---

----- **3.º** -----

----- **(Fins)** -----

-----1. A AHBVSCT tem como objectivo principal realizar as actividades normalmente ligadas à protecção civil, para salvaguarda de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos, busca de pessoas desaparecidas e a extinção de incêndios. Para o efeito, detém e mantém em actividade um corpo de bombeiros voluntários, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros e demais legislação aplicável.-----

-----2. A AHBVSCT pode desenvolver outras actividades, individualmente ou em associação com outras pessoas singulares ou colectivas, remuneradas ou não, desde que não tenham fim lucrativo e respeitem o seu objectivo principal, nomeadamente: -----

-----a) Prestação de serviços de transporte de doentes;-----

-----b) Prestação de cuidados de saúde;-----

-----c) Realização de actividades desportivas, culturais e recreativas, conducentes a uma melhor preparação física e intelectual dos membros do seu corpo de bombeiros e dos seus associados; -----

-----d) Actividades de carácter social de apoio e protecção à infância, à juventude, à deficiência e aos idosos ou em qualquer situação de carência que justifique uma actuação pró humanitária.-----

-----4.º-----

----- (Atribuições) -----

-----Constituem atribuições normais da AHBVSCT:-----

-----a) Deter e manter em actividade um corpo de bombeiros voluntários, ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros.-----

-----**b)** Exercer os direitos e as funções que lhe sejam atribuídas por lei;

-----**c)** Manter e fomentar o relacionamento institucional com os demais agentes de protecção civil, mormente associações humanitárias e corpos de bombeiros, a nível local, regional e nacional e com corpos de bombeiros estrangeiros e respectivas entidades detentoras; -----

-----**d)** Manter e fomentar o relacionamento institucional com as organizações representativas das associações humanitárias de bombeiros, designadamente, a nível distrital com a Federação Distrital de Bombeiros e a nível nacional com a Confederação Nacional – Liga dos Bombeiros Portugueses; -----

-----**e)** Manter e fomentar o relacionamento com os organismos oficiais locais, regionais e nacionais, em especial com os de tutela do sector da protecção civil e dos bombeiros; -----

-----**f)** Representar os seus associados em todas as situações de interesse geral; -----

-----**g)** Estabelecer relações e acordos com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais e assegurar o seu fiel cumprimento; -----

-----**h)** Pronunciar-se sobre projectos de natureza legislativa e normativa que versem sobre questões dos sectores associativo, da protecção civil e dos bombeiros, em particular, bem como sobre todas as matérias que sejam submetidas à sua apreciação pelas entidades competentes; -----

-----**i)** Constituir, promover ou participar, por sua iniciativa ou em colaboração com outras entidades, parcerias, sociedades, grupos de

trabalho, comissões especializadas, ou integrar comissões, ou órgãos consultivos, de outras entidades, locais, regionais ou nacionais, bem como promover, designadamente, a realização de encontros, conferências, viagens de estudo, concursos e outras acções tendentes a dignificar, valorizar e divulgar a AHBVSCT bem como a fomentar a formação, preparação, treino e intervenção dos bombeiros; -----

-----**j)** Promover o alargamento de acções, visando o benefício dos associados e de quantos participam das suas actividades específicas; -----

-----**k)** Promover a organização de iniciativas baseadas no princípio da cooperação, tendentes a obter a autonomia económica e financeira da AHBVSCT; -----

-----**l)** Fomentar o espírito do associativismo e do voluntariado junto da população e das entidades públicas e privadas; -----

-----**m)** Promover a imagem dos bombeiros junto dos meios de comunicação social e da sociedade em geral; -----

-----**n)** Cumprir e fazer cumprir a lei e os regulamentos em vigor. -----

-----**5.º**-----

-----**(Símbolos)**-----

-----**1)** O Estandarte é o símbolo representativo da AHBVSCT e simultaneamente do Corpo de Bombeiros que dela faz parte integrante. ----

-----**2)** A Assembleia-Geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins e ou objectivos da AHBVSCT. -----

-----**3)** As deliberações relativas à introdução ou alteração dos símbolos existentes terão que ser tomadas por três quartos dos votos dos

Associados presentes.-----

-----4) A AHBVSCT comemora os seus aniversários da sua fundação no dia 13 de Maio.-----

-----**CAPÍTULO II**-----

-----**DOS ASSOCIADOS**-----

----- SECÇÃO I -----

----- **CLASSIFICAÇÃO E ADMISSÃO** -----

-----6.º-----

-----**(Número e Qualidade de Associados)**-----

-----A Associação poderá ter um número ilimitado de Associados, cuja admissão não pode ser recusada por motivos de raça, nacionalidade, sexo ou religião.-----

-----7.º-----

-----**(Classificação)**-----

-----1. Os Associados classificam-se em:-----

-----a) Efectivos-----

-----b) Beneméritos-----

-----c) Honorários-----

-----d) Auxiliares-----

-----2. São Associados **Efectivos** as pessoas singulares ou colectivas que contribuem para a prossecução dos fins da AHBVSCT mediante pagamento de uma quota, nos termos fixados pela Assembleia-Geral, bem como os elementos do corpo de bombeiros, os quais é dispensado o pagamento de quota.-----

-----3. São Associados **Beneméritos** as pessoas, singulares ou

colectivas, que por serviços ou dádivas importantes à AHBVSCT mereçam tal distinção. -----

-----**4.** São Associados **Honorários** as pessoas, singulares ou colectivas, que pelo seu mérito social ou em recompensa de relevantes serviços prestados à AHBVSCT mereçam tal distinção. -----

-----**5.** São Associados **Auxiliares** as pessoas que prestem ou tenham prestado serviços efectivos não remunerados à AHBVSCT e cujas condições económicas não lhes permitam o pagamento da quota.-----

-----**6.** A admissão como Associado Auxiliar é feita por proposta de qualquer elemento da Direcção. -----

-----**8.º**-----

----- **(Admissão)** -----

-----**1)** Os Associados efectivos são admitidos pela Direcção, a pedido dos próprios.-----

-----**2)** Tratando-se de menor de 16 anos, ou interdito por anomalia psíquica, o pedido de admissão deverá ser feito pelos respectivos pais, ou tutores, ficando o pagamento da quota e o cumprimento dos estatutos a cargo destes. -----

-----**3)** Da rejeição de admissão poderá ser interposto recurso para a Assembleia-Geral, no prazo de **quinze dias** a contar da notificação, o que deverá ser feito por escrito, em carta registada com o aviso de recepção dirigida ao Sr. Presidente da Mesa. -----

-----**SECÇÃO II**-----

----- **DIREITOS E DEVERES** -----

-----**9.º**-----

----- **(Direitos)** -----

-----1. Constituem direitos de qualquer Associado Efectivo, com excepção dos que sejam menores ou interditos por anomalia psíquica: -----

-----a) Participar nas reuniões da Assembleia-Geral e aí propor, discutir e votar todos os assuntos de interesse para a AHBVSCT; -----

-----b) Votar em actos eleitorais; -----

-----c) Ser eleitos para cargos sociais; -----

-----d) Recorrer para a Assembleia-Geral de todas as irregularidades e infracções aos estatutos e regulamentos internos; -----

-----e) Requerer a convocação de Assembleias-Gerais extraordinárias;

-----f) Entrar livremente na Sede ou em quaisquer outras instalações da AHBVSCT, salvo tratando-se de zonas de acesso restrito definidas pela Direcção; -----

-----g) Utilizar os serviços que a AHBVSCT venha a prestar ou disponibilizar directa ou indirectamente, nas condições definidas pelos regulamentos internos; -----

-----h) Examinar livros, contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito à Direcção, com a antecedência mínima de **oito dias** e esta verifique existir um interesse pessoal directo e legítimo do Associado; -----

-----i) Apresentar sugestões de interesse colectivo para uma melhor realização dos fins prosseguidos pela AHBVSCT; -----

-----j) Reclamar perante a Direcção de actos que considere lesivos dos interesses da AHBVSCT e dos seus interesses de Associado; -----

-----k) Requerer, por escrito, certidão de qualquer acta mediante

pagamento dos respectivos custos;-----

-----**l)** Desistir da qualidade de Associado.-----

-----**2.** Para exercer os direitos referidos no número anterior, os Associados Efectivos não podem ter em atraso o pagamento das quotas referentes ao ano anterior. -----

-----**3.** Todos os Associados Beneméritos, Honorários e Auxiliares, bem assim como todos os Associados Efectivos admitidos há menos de seis meses, apenas gozam dos direitos consignados nas alíneas f), g), i), j), k) e l), do N^o 1, bem como do referido na alínea a) do mesmo número, mas sem direito a voto. -----

-----**4.** Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros não poderão discutir em Assembleia-Geral assuntos respeitantes à organização e disciplina do Corpo de Bombeiros. -----

----- **10.º**-----

-----**(Deveres)**-----

-----**1.** São deveres dos **Associados Efectivos**, além de outros previstos na lei geral e com excepção dos associados que sejam menores ou interditos por anomalia psíquica: -----

-----**a)** Honrar a AHBVSCT em todas as circunstâncias e contribuir quanto possível para o seu prestígio; --- -----

-----**b)** Observar, cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regulamentares; -----

-----**c)** Acatar as deliberações dos órgãos sociais legitimamente tomadas;-----

-----**d)** Exercer com dedicação, zelo e eficiência os cargos sociais para

que foram eleitos ou nomeados, salvo pedido de escusa por doença ou outro motivo atendível, apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e por esta considerado justificado; -----

-----**e)** Não cessar a actividade nos cargos sociais que ocupe sem prévia participação fundamentada e por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral; -----

-----**f)** Zelar pelos interesses da AHBVSCT, comunicando por escrito à Direcção quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento;-----

-----**g)** Pagar pontualmente a quota fixada;-----

-----**h)** Comparecer às Assembleias-Gerais cuja convocação tenham requerido;-----

-----**i)** Comunicar por escrito à Direcção o local de pagamento das quotas e qualquer situação que altere os seus elementos de identificação, designadamente a mudança de residência; -----

-----**j)** Tratar com respeito e urbanidade a AHBVSCT, as suas Insígnias, órgãos sociais, respectivos titulares, comando, bombeiros, colaboradores da Associação e todos com quem, na qualidade de associado, se relacione.-----

-----**k)** Os elementos do quadro activo e do quadro de comando do Corpo de Bombeiros detido pela AHBVSCT estão impedidos de exercerem funções de presidência de qualquer dos órgãos sociais da AHBVSCT, de acordo com o que dispõe o N° 2 do Artigo 31° do Regime Jurídico dos Bombeiros, aprovado pelo Decreto-Lei N° 241/2007, de 21 de Junho. -----

-----**2.** Os Associados **Beneméritos**, **Honorários** e **Auxiliares** estão sujeitos aos mesmos deveres dos Associados Efectivos, com excepção

dos que constam das alíneas d), e), g), h) e i) do ponto anterior. -----

----- **SECÇÃO III** -----

----- **SANÇÕES E RECOMPENSAS** -----

----- **SUBSECÇÃO I** -----

----- **INFRACÇÕES DISCIPLINARES E SANÇÕES** -----

----- **11.º** -----

----- **(Infracção Disciplinar)** -----

Constitui infracção disciplinar, punível com as sanções estabelecidas nos artigos seguintes, a violação, por qualquer associado, dos deveres a que está obrigado e consignados no artigo 10.º. -----

----- **12.º** -----

----- **(Sanções e Competência Disciplinares)** -----

-----**1.** Os associados que incorrerem em responsabilidade disciplinar ficam sujeitos, consoante a natureza e a gravidade da infracção e o grau da culpa do agente, às seguintes sanções: -----

-----**a)** Advertência verbal; -----

-----**b)** Advertência por escrito; -----

-----**c)** Suspensão até doze meses; -----

-----**d)** Expulsão. -----

-----**2.** A graduação das penas, bem como a competência para a sua aplicação constam de Regulamento próprio aprovado pela Assembleia-Geral. -----

----- **13.º** -----

----- **(Processo Disciplinar)** -----

-----As decisões de aplicação das penas de suspensão e expulsão

serão sempre precedidas da instauração de processo disciplinar contra o associado, com audiência obrigatória do mesmo. -----

----- **14.º** -----

----- **(Recursos)** -----

-----**1.** Da decisão que aplique pena de suspensão ou de expulsão cabe recurso para a Assembleia-Geral, a interpor pelo associado punido, querendo, no prazo de trinta dias a contar da notificação da decisão recorrida, o que deverá ser feito por escrito, em carta registada com o aviso de recepção dirigida ao Sr. Presidente da Mesa. -----

-----**2.** A Assembleia-Geral deverá tomar decisão sobre o recurso, em reunião extraordinária a realizar até **sessenta dias úteis** após a data da interposição do recurso, que se considera a da recepção do mesmo pelo Sr. Presidente da Mesa.-----

-----**3.** Da decisão da Assembleia-Geral que aplique a pena de suspensão ou de expulsão cabe recurso judicial, nos termos da lei geral. --

----- **15.º** -----

----- **(Consequências Especiais)** -----

-----**1.** Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com suspensão, nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, ficam impedidos de aceder às instalações da Associação durante o período de suspensão. -----

-----**2.** Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com pena de demissão nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, perdem simultânea e automaticamente a qualidade de associado, por expulsão. -----

-----**SUBSECÇÃO II**-----

-----**RECOMPENSAS**-----

-----**16.º**-----

-----**(Distinções)**-----

-----Aos Associados, pessoas singulares ou colectivas, entidades ou colectividades e elementos do Corpo de Bombeiros que prestarem serviços relevantes à Associação, merecedores de especial reconhecimento, poderão se atribuídas as seguintes distinções: -----

-----**a)** Louvor concedido pela Assembleia-Geral, mediante decisão por iniciativa desta ou por proposta da Direcção; -----

-----**b)** Nomeação como Sócio Benemérito ou Honorário; -----

-----**c)** Condecorações de acordo com o Regulamento de Distinções Honoríficas da Liga dos Bombeiros Portugueses, mediante proposta da Direcção e aprovação em Assembleia-Geral. -----

-----**SECÇÃO IV**-----

-----**SUSPENSÃO, PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO E READMISSÃO**-----

-----**17.º**-----

-----**(Suspensão da Qualidade de Associado)**-----

-----**1.** Os Associados Efectivos podem, por razões ponderosas devidamente fundamentadas, solicitar à Direcção a suspensão da sua qualidade de Associado, por um período máximo de um (1) ano. -----

-----**2.** Do indeferimento caberá recurso para o Presidente da Mesa da Assembleia-Geral. -----

-----**18.º**-----

----- **(Perda da Qualidade de Associado)** -----

-----1. Perdem a qualidade de associados: -----

-----a) Os que tiverem sido punidos com a pena de expulsão; -----

-----b) Os que pedirem a exoneração; -----

-----c) Os que não pagarem as quotas correspondentes ao período de dois anos, seguidos ou interpolados, se não satisfizerem o débito no prazo de trinta dias a contar da notificação para regularização da situação contributiva; -----

-----2. A decisão sobre a perda da qualidade de associado pelos motivos referidos na alínea c) do número anterior é da competência da Direcção. -----

-----3. O associado que perder essa qualidade deverá obrigatoriamente devolver o documento de identificação e não terá direito a reaver as quotas que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por toda a actuação durante o período em que foi membro da AHBVSCT. -----

----- **19.º** -----

----- **(Readmissão de Associados)** -----

-----1. Podem ser readmitidos, os associados que tiverem sido: -----

-----a) Exonerados a seu pedido; -----

-----b) Eliminados por falta de pagamento das quotas. -----

-----2. Podem ainda ser readmitidos os Associados que venham a ser reabilitados em processo de revisão de expulsão. -----

-----3. A readmissão só se efectuará a pedido do interessado. -----

-----4. Quando o motivo da expulsão tenha sido a falta de pagamento de quota é condição para a readmissão o pagamento das quotizações

correspondentes ao período compreendido entre a decisão de expulsão e o pedido de readmissão, podendo a Direcção permitir que, neste caso, os encargos sejam satisfeitos, a requerimento do interessado, em prestações mensais, até ao máximo de seis. -----

----- **CAPÍTULO III** -----

----- **DOS ÓRGÃOS SOCIAIS** -----

----- **SECÇÃO I** -----

----- **DISPOSIÇÕES GERAIS** -----

----- **20.º** -----

----- **(Órgãos Sociais)** -----

----- **1.** São Órgãos Sociais da AHBVSCT; -----

----- **a)** Assembleia-Geral; -----

----- **b)** Direcção; -----

----- **c)** Conselho Fiscal; -----

----- **2.** A Mesa da Assembleia-Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal, são constituídos, respectivamente, por um número ímpar de titulares, de entre os Associados Efectivos, dos quais um será o Presidente. -----

----- **21.º** -----

----- **(Duração do Mandato dos Eleitos dos Órgãos Sociais)** -----

A duração do mandato dos eleitos para os Órgãos Sociais é de 2 (dois) anos, sem prejuízo de destituição, nos termos da lei, não podendo os elementos dos órgãos sociais assumir, nos mesmos cargos, serem eleitos em mais de 3 (três) mandatos consecutivos. -----

----- **22.º** -----

----- **(Exclusividade e Impedimentos)** -----

-----1. Aos titulares dos órgãos sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo na AHBVSCT, bem como não é permitido o desempenho de cargos em órgãos sociais de outras Associações Humanitárias de Bombeiros.-----

-----2. Os presidentes da Mesa da Assembleia-Geral e dos órgãos de administração e fiscalização estão impedidos de exercer quaisquer funções no quadro de comando e no quadro activo do respectivo Corpo de Bombeiros.-----

-----**23.º**-----

-----**(Inelegibilidade e Incapacidades)**-----

-----1. Não podem ser reeleitos ou novamente designados membros dos órgãos sociais os associados que, mediante processo disciplinar ou judicial, tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções ou, ainda por processo disciplinar ou judicial, impedidos do exercício dos cargos que desempenhavam.-----

-----2. O disposto no número anterior é extensível à reeleição ou nova designação para qualquer cargo dos órgãos sociais da AHBVSCT.-----

-----3. Os titulares dos órgãos sociais não podem votar em assuntos que directamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e afins.-----

-----4. É vedado à AHBVSCT contratar directa ou indirectamente com os titulares dos órgãos sociais, seus cônjuges, ascendentes, descendentes e afins ou com sociedades em que qualquer destes tenha interesses, salvo se daí resultar manifesto benefício para a AHBVSCT.-----

-----**24.º**-----

----- **(Posse)** -----

-----1. A posse será conferida pelo Presidente cessante da Mesa da Assembleia-Geral, ou pelo seu substituto, em sessão pública anunciada para o efeito no prazo máximo de trinta dias a contar da data da promulgação dos resultados do acto eleitoral. -----

-----2. Enquanto não se verificar a posse dos membros eleitos para os órgãos sociais, os membros cessantes manter-se-ão em funções com meros poderes de gestão corrente. -----

-----3. Se o Presidente cessante da Mesa da Assembleia-Geral ou o seu substituto não conferir a posse no prazo estabelecido, os membros dos órgãos sociais eleitos entrarão em exercício, salvo se houver impugnação judicial do acto eleitoral. -----

----- **25.º** -----

----- **(Entrega de valores e documentos)** -----

-----É obrigação legal dos órgãos sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivos da AHBVSCT aos órgãos eleitos para novo mandato e até ao acto da posse destes. -----

----- **26.º** -----

----- **(Responsabilidade dos Titulares dos órgãos sociais)** -----

-----1. Os titulares dos órgãos sociais não podem recusar-se a votar nas reuniões a que estiverem presentes e são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato. -----

-----2. Os titulares dos órgãos sociais ficam exonerados de responsabilidade se: -----

-----**a)** Não tiverem tomado parte na respectiva deliberação e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;-----

-----**b)** Tiverem votado contra essa deliberação e o fizerem consignar na acta respectiva.-----

-----**3.** A aprovação dada pela Assembleia-Geral ao relatório e contas de gerência da Direcção e ao parecer do Conselho Fiscal iliba os membros destes órgãos sociais da responsabilidade para com a AHBVSCT, salvo se vier a provar-se terem agido de má fé.-- -----

-----**27.º**-----

-----**(Representação)**-----

-----**1.** A representação da AHBVSCT, em juízo ou fora dele, cabe à Direcção ou a quem ela designar, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.-----

-----**2.** A Direcção responde, em nome da AHBVSCT, perante as entidades públicas administrativas a quem compete a fiscalização, inspecção e controlo da utilização de fundos públicos.-----

-----**28.º**-----

----- **(Deliberações e actas dos órgãos sociais)** -----

-----**1.** Os órgãos de administração e fiscalização só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares em exercício das suas funções.-----

-----**2.** As deliberações dos órgãos de administração e fiscalização, salvo diferente disposição estatutária ou legal, são tomadas por maioria dos titulares presentes, tendo o presidente voto de qualidade em caso de

empate na votação.-----

-----**3.** As deliberações da Assembleia-Geral, para as quais os presentes estatutos ou a lei não exijam maioria qualificada, serão tomadas por maioria simples dos votos dos associados presentes. -----

-----**4.** As deliberações respeitantes a eleições de órgãos sociais e a assuntos de incidência pessoal dos seus titulares são realizadas por escrutínio secreto. -----

-----**29.º**-----

-----**(Deliberações anuláveis)**-----

-----**1.** São anuláveis as deliberações contrárias à lei e aos estatutos, seja pelo seu objectivo, seja por irregularidades verificadas na convocação dos membros ou no funcionamento da reunião. -----

-----**2.** São ainda anuláveis as deliberações:-----

-----**a)** Tomadas sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se todos os membros comparecerem à reunião e concordarem com o aditamento; -----

-----**b)** Tomadas com infracção do disposto nos números três e quatro do artigo vinte e três destes estatutos, se o voto do membro impedido for essencial à existência da maioria necessária. -----

-----**30.º**-----

-----**(Documentação das reuniões dos órgãos sociais)**-----

-----**1.** Deverão ser lavradas actas de todas as reuniões dos órgãos sociais, em livro próprio, onde constarão obrigatoriamente: -----

-----**a)** A data e o local da realização da reunião; -----

-----**b)** A respectiva ordem de trabalhos; -----

-----c) O número de membros presentes;-----

-----d) As propostas apresentadas; - -----

-----e) As discussões e deliberações tomadas.-----

-----2. As actas das reuniões da Assembleia-Geral deverão ser assinadas por todos os membros da Mesa que presidiu à reunião respectiva e sujeitas a discussão e votação na próxima reunião desse órgão.-- -----

-----3. As actas das reuniões dos órgãos de administração e fiscalização deverão ser assinadas por todos os membros presentes e sujeitas a discussão e votação na próxima reunião respectiva.-----

-----4. As deliberações dos órgãos sociais poderão ser aprovadas por minuta, sempre que sejam urgentes ou possam perder o seu efeito útil com a demora da aprovação da acta, devendo tal facto constar obrigatoriamente da acta da respectiva reunião.-----

-----31.º-----

----- **(Condições de exercício dos cargos)**-----

-----1. O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais da associação é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas delas derivadas.-----

-----2. Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração da AHBVSCT exija a presença prolongada de um ou mais titulares do órgão de administração podem estes ser remunerados, sendo a remuneração determinada pela Assembleia-Geral.-----

-----32.º-----

----- **(Forma de Obrigar)**-----

-----1. Para obrigar a AHBVSCT são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de dois membros efectivos da Direcção, uma das quais deverá ser sempre a do presidente, sem prejuízo do disposto no número seguinte.-----

-----2. Nas operações financeiras, nomeadamente para movimentação de contas bancárias, apenas é obrigatório que uma das duas assinaturas seja a do tesoureiro.-----

-----3. Os actos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer membro da Direcção.-----

-----33.º-----

-----**(Renúncia ao Mandato)**-----

-----1. Os membros dos órgãos sociais podem renunciar ao mandato a todo o tempo, devendo para o efeito comunicar tal intenção, por escrito, ao presidente da Mesa da Assembleia-Geral e ao Presidente do respectivo órgão, se não for o presidente a renunciar.-----

-----2. Compete ao presidente da Mesa da Assembleia-Geral, em consequência da renúncia, declarar a vacatura do lugar, dando de imediato conhecimento ao presidente do respectivo órgão.-----

-----34.º-----

-----**(Causas para a perda de mandato)**-----

-----São causas para a perda de mandato dos elementos dos órgãos sociais:-----

-----**a)** A perda da qualidade de Associado;-----

-----**b)** A destituição do cargo pela Assembleia-Geral;-----

-----**c)** A condenação por qualquer crime doloso no exercício das suas

funções;-----

-----**d)** A não comparência injustificada às reuniões do respectivo órgão social a que pertença, por 5 vezes consecutivas ou 10 alternadas. -----

-----**35.º**-----

----- **(Substituição dos membros dos órgãos sociais)**-----

-----**1)** No caso de falta, impedimento ou vacatura de lugar de presidente de qualquer órgão, o mesmo será preenchido pelo vice-presidente, segundo a ordem de precedência da sua colocação na lista, no caso de haver mais que um vice-presidente.-----

-----**2)** No caso de vacatura do cargo de qualquer outro membro dos órgãos sociais, incluindo o do vice-presidente que assuma a presidência, competirá ao respectivo órgão social chamar o primeiro suplente pela ordem constante da lista eleita, e deliberar sobre o preenchimento desse lugar vago. -----

-----**3)** No caso de se esgotar o número de suplentes para o preenchimento das vagas, e o órgão ficar sem quórum deliberativo, proceder-se-á a nova eleição para esse órgão. -----

-----**4)** Em qualquer das circunstâncias indicadas nos números dois e três deste artigo, os membros designados para preencher os cargos apenas completam o mandato do elemento do órgão social substituído. ----

-----**36.º**-----

----- **(Princípio da imediação dos órgãos sociais)**-----

-----As reuniões dos órgãos sociais devem respeitar o princípio da imediação, não sendo permitida a representação de qualquer membro por qualquer outra pessoa. -----

----- **SECÇÃO II** -----

----- **ASSEMBLEIA-GERAL** -----

----- **SUBSECÇÃO I** -----

----- **ESTATUTO E COMPOSIÇÃO** -----

----- **37.º** -----

----- **(Estatuto e Composição)** -----

-----1. A Assembleia-Geral é o órgão deliberativo da AHBVSCT e é constituída pelos Associados Efectivos no pleno gozo dos seus direitos. ----

-----2. Consideram-se Associados Efectivos no pleno gozo dos seus direitos os que não tenham em atraso as quotas do ano anterior ou que não se encontrem suspensos. -----

----- **38.º** -----

----- **(Mesa da Assembleia-Geral)** -----

-----1. A Assembleia-Geral é dirigida pela respectiva Mesa, que se compõe de um presidente, um vice-presidente e um secretário. -----

-----2. Poderá existir um vogal e um suplente. -----

-----3. Na falta ou impedimento do presidente e do vice-presidente cabe à Assembleia-Geral designar de entre os Associados presentes quem presidirá à Mesa. -----

-----4. Na falta ou impedimento dos Secretários, o presidente da Mesa designará de entre os Associados presentes quem deve secretariar a reunião. -----

-----5. No caso de vacatura de lugar o mesmo será preenchido tendo em conta o disposto no artigo 35.º. -----

----- **SUBSECÇÃO II** -----

----- **COMPETÊNCIAS** -----

----- **39.º** -----

----- **(Competência da Assembleia-Geral)** -----

-----**1.** Compete à Assembleia-Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições e competências legais ou estatutárias dos outros Órgãos Sociais. -----

-----**2.** São, necessariamente, da competência da Assembleia-Geral:---

-----**a)** Definir as linhas fundamentais de actuação da Assembleia-Geral;-- -----

-----**b)** Apreciar e votar as propostas de alteração aos Estatutos;-----

-----**c)** Acompanhar a actuação dos demais Órgãos Sociais e zelar pelo cumprimento da Lei, bem como dos Estatutos e Regulamentos da Associação;-----

-----**d)** Apreciar e votar os Regulamentos internos da associação e do respectivo Corpo de Bombeiros, bem como as alterações que lhe sejam propostas;-----

-----**e)** Deliberar sobre a extinção da Associação, bem como eleger a Comissão Liquidatária e destino dos bens; -----

-----**f)** Eleger e destituir, por votação secreta os membros dos Órgãos Sociais; -----

-----**g)** Apreciar e votar o relatório e conta de gerência do ano anterior bem como o parecer do Conselho Fiscal;-----

-----**h)** Apreciar e votar o Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte e ainda os orçamentos suplementares propostas pela Direcção; --

-----**i)** Fixar, sob proposta da Direcção, os valores mínimos da jóia e da

quota dos Associados, bem como a respectiva periodicidade e forma de pagamento; -----

-----**j)** Deliberar, sob proposta da Direcção, sobre a nomeação de Associados Beneméritos e Honorários;- -----

-----**k)** Apreciar e votar as demais propostas que lhe sejam apresentadas pela Direcção;-----

-----**l)** Apreciar e deliberar sobre todos os requerimentos propostas e recursos que lhe sejam apresentados pelos membros dos órgãos sociais ou Associados, de acordo com os Estatutos e Regulamentos; -----

-----**m)** Atribuir Louvores e Condecorações nos termos dos Estatutos e Regulamentos aprovados em Assembleia-Geral;-----

-----**n)** Autorizar o presidente da Direcção da AHBVSCT a demandar judicialmente os membros dos órgãos sociais, por actos lesivos praticados no exercício das suas funções;-----

-----**o)** Autorizar a Direcção, na pessoa do presidente, a contrair ou fazer empréstimos e aquisições, desde que excedam os actos de administração ordinária, após parecer do Conselho Fiscal;-----

-----**p)** Autorizar a Direcção, na pessoa do presidente, a arrendar ou alienar imóveis da AHBVSCT, bem como participações ou outras que a AHBVSCT detenha. -----

-----**40.º**-----

-----**(Competência do presidente da Mesa da Assembleia-Geral)**-----

-----Compete ao presidente da Mesa da Assembleia-Geral: -----

-----**a)** Convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia-Geral e demais reuniões por si convocadas, nomeadamente as reuniões conjuntas dos

Órgãos Sociais e do Conselho Disciplinar;-----

-----**b)** Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de actas da Assembleia-Geral;-----

-----**c)** Dar posse aos membros eleitos dos órgãos sociais; -----

-----**d)** Receber e submeter à Assembleia-Geral, nos prazos legais, os requerimentos e recursos cuja decisão seja competência desta;-----

-----**e)** Fixar o limite de tempo e o número de intervenções permitidas a cada associado, na discussão de cada assunto, exceptuando-se os representantes dos órgãos sociais, na Sessão da Assembleia em que a intervenção ocorrer; -----

-----**f)** Presidir e tramitar todo o processo eleitoral dos órgãos sociais, de acordo com a lei e os presentes estatutos, nomeadamente, verificar a ilegitimidade dos candidatos bem como a regularidade das listas concorrentes;-----

-----**g)** Integrar o Conselho Disciplinar; -----

-----**h)** Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei, estatutos ou deliberações da Assembleia-Geral;-----

-----**i)** Participar, sempre que o entenda por conveniente, nas reuniões dos demais órgãos sociais mas sem direito a voto. -----

-----**41.º**-----

-----**(Competência do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral)** - -----

-----Compete ao Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral coadjuvar o Presidente da Mesa no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos. -----

----- **42.º** -----

----- **(Competência dos Secretários da Mesa da Assembleia-Geral)** -

----- Compete aos secretários da Mesa da Assembleia-Geral: -----

- **a)** Lavrar as actas e emitir as certidões respectivas no prazo de quinze dias a contar da data em que foram requeridas; -----
- **b)** Preparar e tramitar todo o expediente da Mesa; -----
- **c)** Fazer o registo dos associados presentes nas sessões da Assembleia-Geral e dos que durante a sessão pedirem para intervir, pela respectiva ordem; -----
- **d)** Escrutinar no acto eleitoral; -- -----
- **e)** Praticar todos os demais actos e funções decorrentes da lei, estatutos e regulamentos. -----

----- **SUBSECÇÃO III** -----

----- **FUNCIONAMENTO** -----

----- **43.º** -----

----- **(Reuniões)** -----

- **1.** As reuniões da Assembleia-Geral são ordinárias e extraordinárias. -----
- **2.** A Assembleia-Geral reunirá ordinariamente: -----
 - **a)** Para a eleição dos órgãos sociais, no final de cada mandato, no mês em que esse mandato termine, podendo esta alargar-se até ao dia 15 do mês seguinte. -----
 - **b)** Até ao final do mês de Dezembro de cada ano, podendo alargar-se até 31 de Janeiro do ano seguinte, por solicitação da Direcção, para aprovar o Plano e Orçamento para o ano seguinte; -----

-----**c)** Até trinta e um de Março de cada ano, por solicitação da Direcção, para a discussão e aprovação do Relatório e Contas da gerência do ano anterior e do respectivo parecer do Conselho Fiscal, devendo estes documentos estarem patentes para consulta dos Associados nos três dias anteriores à realização da Assembleia-Geral.-----

-----**3.** A Assembleia-Geral reunirá extraordinariamente: -----

-----**a)** Por iniciativa do presidente da Mesa, para apreciação de recursos interpostos por associados de decisões em que lhes tenha sido aplicada pena de suspensão ou de expulsão, nos termos do disposto no artigo 14º; -----

-----**b)** A pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal; -----

-----**c)** A requerimento fundamentado e subscrito por um mínimo de cinquenta associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos sociais;

-----**d)** A requerimento de qualquer associado, caso a Direcção não convoque a Assembleia-Geral nos casos em que deve fazê-lo

-----**e)** Para reforma ou alteração dos Estatutos da AHBVSCT, nos termos do Nº 1 do Artigo 72º; -----

-----**4.** A reunião da Assembleia-Geral que seja convocada ao abrigo da alínea c) do número anterior só poderá efectuar-se se estiverem presentes, pelo menos, cinco sextos dos requerentes.-----

-----**5.** Quando a reunião prevista no número anterior não se realizar por falta do número mínimo de associados requerentes, ficam os que faltarem inibidos, pelo prazo de dois anos, de requerer a reunião extraordinária da Assembleia-Geral, para além de serem obrigados a pagar as despesas decorrentes da convocação, salvo se justificarem a falta por

motivos de força maior.-----

-----**44.º**-----

----- **(Forma de Convocação)** -----

-----**1.** A Assembleia-Geral é convocada pelo presidente da Mesa da Assembleia-Geral, através de Edital afixado na sede social e noutros locais julgados de interesse para o efeito, e divulgado em pelo menos um dos órgãos de comunicação social do concelho de S. Pedro do Sul, com o mínimo de 8 (oito) dias de antecedência, indicando-se na mesma o dia, a hora e o local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos. -----

-----**2.** A comparência de todos os associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia-Geral. -----

-----**45.º**-----

----- **(Funcionamento)** -----

-----**1.** A Assembleia-Geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de, pelo menos, metade dos associados, podendo deliberar trinta minutos depois da hora inicial, com qualquer número de presenças de associados efectivos. -----

-----**2.** As deliberações da Assembleia-Geral são tomadas em observância com o disposto no artigo 28.º. -----

----- **SECÇÃO III** -----

----- **ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO** -----

----- **SUBSECÇÃO I** -----

----- **PRINCÍPIOS GERAIS** -----

-----**46.º**-----

-----**(Funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização)**-----

-----1. Os órgãos de administração e fiscalização são a Direcção e o Conselho Fiscal.-----

-----2. Os órgãos de administração e fiscalização são convocados pelos respectivos Presidentes e as respectivas deliberações tomadas em observância com o disposto no artigo 28.º destes estatutos, cabendo ao respectivo Presidente voto de qualidade em caso de empate.-----

-----3. A Direcção reúne, obrigatoriamente, uma vez por mês, sob convocação do Presidente, bem assim como sempre que for julgado conveniente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros ou a pedido do Conselho Fiscal ou da Assembleia-Geral.-----

-----4. O Conselho Fiscal reúne ordinariamente uma vez em cada semestre. Poderá também reunir, extraordinariamente, para apreciação de assuntos de carácter urgente, por convocação do Presidente, por iniciativa da maioria dos seus membros ou, ainda, a pedido da Direcção ou da Assembleia-Geral.-----

-----**SUBSECÇÃO II**-----

-----**DA DIRECÇÃO**-----

-----**47.º**-----

-----**(Composição)**-----

-----1. A Direcção é composta por um número de 7 (sete) membros efectivos, sendo um presidente, um vice-presidente, um primeiro secretário, segundo secretário, um tesoureiro e dois vogais.-----

-----2. Haverá 3 (três) suplentes, que assumirão funções no caso de se encontrar vago algum, ou alguns, dos cargos da Direcção, devendo, para o

efeito, ser chamados de acordo com a ordem pela qual foram eleitos ou, quando tenha havido empate na votação, os mais velhos.-----

-----**48.º**-----

----- **(Competências da Direcção)** -----

-----**1.** A Direcção é o órgão de administração da AHBVSCT; -----

-----**2.** Compete à Direcção gerir a AHBVSCT e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:-----

-----**a)** Garantir a prossecução do fim social e a efectivação dos direitos dos Associados; -----

-----**b)** Executar as deliberações da Assembleia-Geral;-----

-----**c)** Elaborar anualmente e submeter a parecer do Conselho Fiscal o Relatório e Contas de gerência;-----

-----**d)** Elaborar o plano de actividades e Orçamento para o ano seguinte;-----

-----**e)** Nomear os elementos do Comando e remeter à Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), para homologação;

-----**f)** Remeter à Mesa da Assembleia-Geral, para discussão e votação, o Plano de Actividades e Orçamento para o Ano seguinte, bem como o Relatório e Conta de gerência do Ano anterior, este acompanhado do parecer do Conselho Fiscal; -----

-----**g)** Propor à Assembleia-Geral a reforma ou alteração dos estatutos da Associação ou do Agrupamento que esta possa vir a integrar; -----

-----**h)** Fixar ou modificar a estrutura dos Serviços da Associação, elaborando os respectivos regulamentos;-----

-----**i)** Propor à Assembleia-Geral formas de contribuição da

Associação para o Agrupamento que esta possa vir a integrar; -----
-----**j)** Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a contabilidade da Associação, nos termos da lei; -----
-----**k)** Contratar e gerir o pessoal dos quadros da Associação, fixando os respectivos horários de trabalho e vencimentos; -----
-----**l)** Representar a Associação em juízo e fora dele; -----
-----**m)** Solicitar ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral a convocação de reuniões da Assembleia-Geral para a discussão e votação dos assuntos que entenda dever submeter àquele órgão;
-----**n)** Aprovar ou indeferir as propostas de admissão de Associados efectivos; -----
-----**o)** Propor à Assembleia-Geral a nomeação de Associados Beneméritos e Honorários bem como propor a atribuição de louvores da competência deste órgão social; -----
-----**p)** Fornecer ao Conselho Fiscal os elementos que lhe forem solicitados para o cumprimento das suas atribuições; -----
-----**q)** Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da Associação; -----
-----**r)** Elaborar e manter actualizado o inventário do património da Associação; -----
-----**s)** Ordenar a instauração de processos disciplinares aos associados e aplicar sanções nos termos dos presentes estatutos, em matéria da sua competência; -----
-----**t)** Submeter à apreciação e votação da Assembleia-Geral os assuntos que, pela sua importância, exijam deliberação daquele órgão; ----

-----**u)** Propor à Assembleia-Geral a fixação ou a alteração do valor da jóia ou da quota mínima a pagar pelos associados efectivos; -----

-----**v)** Fixar as taxas eventualmente devidas pela utilização dos serviços da Associação, quer pelos associados, quer por terceiras pessoas; -----

-----**w)** Aceitar heranças, doações e donativos, nos termos da lei; -----

-----**x)** Celebrar contratos de desenvolvimento em áreas específicas, no âmbito da prevenção e reacção a acidentes e designadamente quanto à criação e o funcionamento de equipas de intervenção permanente, ou outras, legal ou protocolarmente previstas; -----

-----**y)** Nomear comissões ou grupos de trabalho que entenda convenientes para uma melhor prossecução dos objectivos estatutários;

-----**z)** Deliberar, sobre a aquisição onerosa, alienação a qualquer título e o arrendamento ou cedência a qualquer título, de bens móveis, ainda que sujeitos a registo, pertencentes à Associação e respectivo processo de concurso público ou hasta pública, ou dispensa dos mesmos, em razão do procedimento julgado mais conveniente, fundamentado em acta. -----

-----**aa)** Deliberar, sobre o pedido de autorização à Assembleia-Geral para a aquisição onerosa, alienação a qualquer título e o arrendamento ou cedência a qualquer título, de bens imóveis pertencentes à AHBVSCT; -----

-----**3.** A Direcção, quando necessário e de forma fundamentada, pode delegar poderes de gestão executiva em profissionais qualificados que se encontrem ao serviço da instituição, ou mandar terceiros para a prestação de eventuais serviços que se mostrem necessários, nomeadamente de contabilidade, nos termos previstos nos estatutos ou

que venham a ser aprovados pela Assembleia-Geral.-----

----- **49.º** -----

----- **(Competências do presidente)** -----

-----Compete ao presidente da Direcção: -----

-----**a)** Superintender na administração da AHBVSCT e orientar e fiscalizar os respectivos serviços; -----

-----**b)** Representar a AHBVSCT em juízo e fora dele; -----

-----**c)** Convocar e presidir às reuniões da Direcção; -----

-----**d)** Promover o cumprimento das deliberações da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal, da Direcção e do Conselho Disciplinar; -----

-----**e)** Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro das actas da Direcção; -----

-----**f)** Integrar o Conselho Disciplinar; -----

-----**g)** Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos e regulamentos, bem como as que lhe forem expressamente delegadas pelas Direcção, desde que lhe sejam legalmente delegáveis. -----

----- **50.º** -----

----- **(Competências do vice-presidente)** -----

-----Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos e colaborar com a Direcção e com o Presidente no exercício das respectivas competências, designadamente:-----

-----**a)** Na elaboração de resumo das actividades o qual constituirá elemento para o relatório da Direcção a apresentar em Assembleia-Geral;

-----**b)** Na elaboração das propostas dos orçamentos da AHBVSCT,

submetendo-os à apreciação da Direcção; -----
-----**c)** Na observância dos preceitos orçamentais e na aplicação das respectivas dotações;-----
-----**d)** No cumprimento dos serviços de contabilidade e expediente mantendo-os sempre organizados e actualizados; -----
-----**e)** No cumprimento das disposições legais em relação aos trabalhadores;-----
-----**f)** No zelo pela conservação do património da AHBVSCT que lhe está afecto.-----

----- **51.º** -----

----- **(Competências dos secretários)** -----

-----Compete aos secretário: -----
-----**a)** Organizar e orientar todo o serviço de secretaria; -----
-----**b)** Preparar a agenda de trabalho para as reuniões da Direcção, de acordo com as orientações do Presidente ou de quem o substitua; -----
-----**c)** Lavrar as actas no respectivo livro mantendo-o sempre em dia; -
-----**d)** Passar, no prazo de quinze dias, as certidões das actas pedidas pelos associados. -----
-----**e)** Executar as tarefas que lhe forem delegadas pelo presidente da Direcção. -----

----- **52.º** -----

----- **(Competências do tesoureiro)** -----

-----Compete ao tesoureiro:-----
-----**a)** A arrecadação de receitas;-----
-----**b)** A satisfação das despesas autorizadas; -----

-----**c)** Assinar todos os documentos em que legal e estatutariamente a sua assinatura seja obrigatória, designadamente nas operações financeiras, conforme previsto no artigo 32º destes estatutos; -----

-----**d)** Emitir as autorizações de pagamento e as guias de receita e garantir o adequado arquivamento de todos os documentos de despesa e receita; -----

-----**e)** Depositar em qualquer instituição de crédito, à ordem da AHBVSCT, as disponibilidades financeiras; -----

-----**f)** Orientar e controlar a contabilidade da AHBVSCT que pode ser delegada em entidades terceiras, em regime de prestação de serviços, mediante autorização da Direcção; -----

-----**g)** Velar pela segurança de todos os haveres e pela conferência periódica do cofre; -----

-----**h)** Apresentar à Direcção, sempre esta o entenda conveniente, os elementos comprovativos da situação financeira da AHBVSCT; -----

-----**i)** Elaborar a proposta de Orçamento provisional da AHBVSCT;-----

-----**j)** Elaborar o relatório anual de prestação de contas da AHBVSCT;

-----**k)** A actualização do inventário do património associativo; -----

-----**l)** Em geral prestar todos os esclarecimentos sobre assuntos de contabilidade e tesouraria.-----

-----**53.º**-----

----- **(Competências dos vogais e suplentes da Direcção)**-----

-----**1.** Aos vogais compete coadjuvar os restantes elementos do elenco directivo e desempenhar as missões que lhes forem atribuídas. -----

-----**2.** Os suplentes podem participar nas reuniões de Direcção, sem

direito a voto, competindo-lhes colaborar com a Direcção no exercício das funções de gestão da AHBVSCT. -----

-----**54.º**-----

-----**(Funcionamento)**-----

-----**1.** A Direcção reunirá, ordinariamente, uma vez por mês; -----

-----**2.** A Direcção reunirá, extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente, por iniciativa do Presidente ou da maioria dos seus membros, ou a pedido do Conselho Fiscal ou da Assembleia-Geral. -----

-----**3.** As deliberações serão tomadas, tendo em conta o disposto no artigo 28.º destes estatutos, cabendo ao Presidente voto de qualidade em caso de empate.-----

-----**SUBSECÇÃO III**-----

-----**DO CONSELHO FISCAL**-----

-----**55.º**-----

-----**(Composição)**-----

-----**1.** O Conselho Fiscal é constituído por um presidente, um vice-presidente e um secretário relator. -----

-----**2.** Haverá simultaneamente dois (2) suplentes, que assumirão funções no caso de se encontrar vago algum, ou alguns dos cargos, pela ordem em que tiverem sido eleitos. -----

-----**56.º**-----

-----**(Competências do Conselho Fiscal)**-----

-----**1.** O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da AHBVSCT. -----

-----**2.** Ao Conselho Fiscal compete zelar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, incumbindo-lhe, designadamente:-----

-----**a)** Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentação da instituição, sempre que o julgue conveniente;-----

-----**b)** Assistir ou fazer-se representar por um dos seus titulares às reuniões do órgão de administração, sempre que o julgue conveniente;-----

-----**c)** Dar parecer sobre o relatório anual de prestação de contas e sobre todos os assuntos que a Direcção ou a Assembleia-Geral submetam à sua apreciação; -----

-----**d)** Solicitar a convocação da Assembleia-Geral sempre que o julgar conveniente;-----

-----**e)** Solicitar à Direcção reuniões extraordinárias para discussão conjunta de assuntos cuja importância o justifique; -----

-----**f)** Emitir parecer aos outros Órgãos Sociais sobre quaisquer assuntos para que seja consultado, designadamente sobre a aquisição onerosa e alienação de imóveis, reforma ou alteração dos Estatutos e dissolução da AHBVSCT;-----

-----**g)** Exercer todas as outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e regulamentos. -----

-----**57.º**-----

-----**(Competências do presidente)**-----

-----Compete ao presidente do Conselho Fiscal: -----

-----**a)** Convocar e presidir às reuniões do Conselho Fiscal;-----

-----**b)** Assinar os termos de abertura e enceramento e rubricar o respectivo livro de actas;-----

-----**c)** Integrar o Conselho Disciplinar;-----

-----**d)** Representar o Conselho Fiscal na Assembleia-Geral; -----

-----**e)** Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos Estatutos e Regulamentos. ----

-----**58.º**-----

----- **(Competência do vice-presidente)** -----

-----Compete ao vice-presidente do Conselho Fiscal coadjuvar o presidente nas funções deste e substituí-lo na sua ausência ou impedimento. -----

-----**59.º**-----

----- **(Competência do secretário relator)** -----

-----Compete ao secretário relator: - -----

-----**a)** Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões do Conselho Fiscal; - -----

-----**b)** Prover todo o expediente; ---- -----

-----**c)** Lavrar as actas no respectivo livro; -----

-----**d)** Emitir, no prazo de quinze dias, certidões das actas pedidas pelos associados; -----

-----**e)** Relatar os pareceres do Conselho Fiscal sobre os assuntos que lhe forem submetidos. -----

-----**60.º**-----

----- **(Funcionamento)** -----

-----**1.** O Conselho Fiscal reunirá, ordinariamente, uma vez em cada semestre;-----

-----**2.** O Conselho Fiscal reunirá, extraordinariamente, sempre que for julgado conveniente, por iniciativa do presidente ou da maioria dos seus membros, ou a pedido da Direcção ou da Assembleia-Geral. -----

-----**3.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 28.º destes estatutos, cabendo ao presidente voto de qualidade em caso de empate. - -----

-----**4.** Os Suplentes podem participar nas reuniões do Conselho Fiscal, sem direito a voto, competindo-lhes colaborar sempre que lhes for solicitado.-----

-----**61.º**-----

-----**(Vinculação com actos da Direcção)**-----

-----O Conselho Fiscal é solidariamente responsável, com a Direcção, pelos actos sobre os quais tenha emitido parecer favorável ou quando, tendo tido conhecimento de qualquer irregularidade, não lavre o seu protesto ou não faça a devida comunicação à Mesa da Assembleia-Geral. -

-----**CAPÍTULO IV**-----

-----**DAS ELEIÇÕES**-----

-----**62.º**-----

-----**(Processo eleitoral)**-----

-----**1.** No ano de exercício em que terminar o mandato dos titulares dos órgãos sociais, até ao dia 15 do mês anterior aquele em que termine o mandato, o presidente da Mesa da Assembleia-Geral em exercício, anunciará, através de edital, a abertura do processo eleitoral e manda preparar os cadernos eleitorais, os quais deverão estar concluídos até ao dia 30 desse mês anterior aquele em que termine o mandato dos órgãos sociais. -----

-----**2.** A Assembleia-Geral eleitoral deverá realizar-se no decurso do mês em que terminar o mandato, podendo prolongar-se até ao dia 15 do

mês seguinte, e será convocada pelo presidente da Mesa em exercício, nos termos do disposto no artigo 44º, nº 1, destes estatutos. -----

-----**3.** Se por qualquer razão o mandato dos titulares dos órgãos sociais terminar antes de cumprido o período normal da respectiva duração, serão realizadas eleições intercalares, parciais ou gerais, cabendo ao presidente da Mesa em exercício convocar a respectiva Assembleia-Geral eleitoral, nos termos do disposto no artigo 44º, nº 1, destes estatutos. -----

-----**4.** Em caso de vacatura da maioria dos cargos de qualquer dos órgãos sociais, depois de esgotados os respectivos membros suplentes eleitos para esses cargos, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas nesses cargos no prazo de trinta dias e a posse deverá ter lugar nos trinta dias seguintes à eleição.-----

-----**5.** O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos membros inicialmente eleitos que aqueles substituíram. -----

-----**4.** Caso se verifique a situação prevista no número 4., o presidente da Mesa em exercício deverá solicitar à Direcção, no prazo de 5 dias úteis a contar da comunicação da decisão, ou decisões, que legitimem a convocação da Assembleia-Geral eleitoral, o respectivo caderno eleitoral devidamente actualizado, devendo a Direcção efectuar tal entrega no prazo máximo de dez dias úteis a contar da solicitação, após o que o presidente da Mesa deverá proceder à marcação da Assembleia-Geral eleitoral no prazo de dez dias úteis a contar da data em que a Direcção entregar o caderno eleitoral actualizado. -----

-----**63.º**-----

-----**(Elegibilidade)**-----

-----São elegíveis os Associados Efectivos que satisfaçam, cumulativamente os seguintes requisitos:-----

-----**a)** Estejam, à data da apresentação das candidaturas, no pleno gozo dos seus direitos sociais, de acordo com o estabelecido no artigo 9.º dos presentes estatutos; -----

-----**b)** Sejam maiores de dezoito anos ou emancipados; -----

-----**c)** Não façam parte dos órgãos sociais de outras Associações congéneres;-----

-----**d)** Não tenham sido destituídos dos órgãos sociais da AHBVSCT por irregularidades cometidas no exercício das suas funções;-----

-----**e)** Não tenham sido condenados por crime praticado no exercício de funções nos órgãos sociais da AHBVSCT; -----

-----**f)** Não sejam trabalhadores da AHBVSCT;-----

-----**g)** Não tenham qualquer outro impedimento ou motivo de inelegibilidade previsto na lei.-----

-----**64.º**-----

-----**(Formalização de candidaturas)**-----

-----**1.** As candidaturas às eleições são feitas segundo o sistema de lista completa para a Mesa da Assembleia-Geral, Direcção e Conselho Fiscal, compostas por Associados Efectivos, no pleno gozo dos seus direitos sociais, nas quais se especificarão: -----

-----**a)** Os nomes completos dos candidatos; -----

-----**b)** A indicação do órgão e cargo para que os candidatos são

propostos, incluindo os suplentes.-----

-----**2.** As listas de candidatura aos órgãos sociais deverão incluir um número de candidatos efectivos igual ao número de membros do respectivo órgão acrescido dos suplentes, não podendo qualquer Associado subscrever nem integrar mais que uma lista, nem integrar mais que um órgão da Associação. -----

-----**3.** As listas concorrentes aos órgãos sociais a submeter a sufrágio deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral 5 dias antes da Assembleia-Geral eleitoral, ou, durante a realização da Assembleia – Geral para o efeito. -----

-----**4.** As listas são nominais devendo completar candidatos para todos os órgãos sendo estes votados conjuntamente. -----

-----**5.** As listas deverão indicar um mandatário, que a representará no processo de apreciação, eleição e escrutínio, valendo como tal, em caso de falta de indicação, o candidato ao lugar de presidente da Mesa da Assembleia-Geral. -----

-----**65.º**-----

----- **(Apreciação das candidaturas)** -----

-----**1.** O presidente da Mesa da Assembleia-Geral, recepciona as listas candidatas e verifica da sua conformidade tendo em conta as disposições estatutárias.-----

-----**2.** As listas que não estejam de acordo com as disposições estatutárias serão rejeitadas e a decisão será comunicada de imediato ao seu mandatário, ou quem o substituir, que poderá corrigir ou rectificar. -----

-----**3.** As listas admitidas à eleição serão sorteadas para efeitos de

colocação no boletim de voto, 3 (três) dias antes da data da Assembleia –
Geral eleitoral. -----

-----**66.º**-----

-----**(Boletim de Voto)**-----

-----**1.** A cada associado eleitor é fornecido um boletim de voto elaborado em papel liso e não transparente, contendo impressas as letras maiúsculas atribuídas às listas concorrentes ao sufrágio e um quadrado à frente de cada uma dessas letras.-----

-----**2.** O voto é expresso através da inscrição de uma cruz no interior do quadrado correspondente à lista em que o leitor pretende votar. -----

-----**3.** O eleitor entregará ao Presidente da mesa o boletim de voto dobrado em quatro partes, após o que o mesmo será arrecadado na urna.

-----**4.** Serão considerados nulos e sem qualquer efeito: -----

-----**a)** Os boletins que contenham emendas, rasuras ou quaisquer inscrições para além da cruz referida no ponto 2 deste artigo.-----

-----**b)** Os boletins em que não seja possível concluir-se, de forma inequívoca, sobre o sentido de voto do eleitor; -----

-----**5.** Os boletins que não contenham qualquer inscrição serão considerados votos em branco. -----

-----**67.º**-----

-----**(Forma de votação)**-----

-----**1.** A eleição dos órgãos sociais é feita através de votação secreta, tendo cada Associado direito a um voto. -----

-----**2.** A Mesa de voto funcionará na sede da AHBVSCT, pelo período mínimo de 2 horas, caso a Mesa da Assembleia assim o entenda, sendo

presidida pelo presidente da Mesa da Assembleia-Geral;-----

-----**3.** O escrutínio far-se-á na mesma Assembleia-Geral eleitoral, imediatamente após o termo do período de votação, considerando-se proclamados eleitos os elementos da lista mais votada.-----

----- **CAPÍTULO V** -----

----- **DA GESTÃO FINANCEIRA**-----

----- **68.º**-----

----- **(Das receitas)**-----

-----São receitas da AHBVSCT, designadamente:-----

-----**a)** Os produtos das jóias e das quotas dos associados efectivos;---

-----**b)** As retribuições pela prestação de quaisquer serviços, a título não gratuito, pela associação ou pelo Corpo de Bombeiros por ela detido; -

-----**c)** Os subsídios, participações e financiamentos públicos ou particulares;-----

-----**d)** Os donativos, doações e legados efectuados a favor da AHBVSCT;-----

-----**e)** Os rendimentos de bens próprios;-----

-----**f)** O produto líquido de quaisquer espectáculos, festas ou outras realizações;-----

-----**g)** O produto da venda de bens imóveis ou móveis pertencentes à associação;-----

-----**h)** O produto de subscrições; ---

-----**i)** Quaisquer verbas que lhe sejam atribuídas por lei ou por protocolos.-----

----- **69.º**-----

----- **(Das despesas)** -----

-----1. Constituem despesas correntes da AHBVSCT, designadamente:

-----a) As resultantes da administração ordinária e extraordinária da AHBVSCT e do funcionamento dos respectivos serviços, incluindo encargos com pessoal; -----

-----b) As resultantes da operacionalidade do Corpo de Bombeiros;-----

-----c) As resultantes da necessidade de manutenção e conservação do património social da AHBVSCT; -----

-----d) Quaisquer outras resultantes do cumprimento de obrigações legais ou contratuais da AHBVSCT; -----

-----2. Constituem despesas de investimento da AHBVSCT, designadamente:-----

-----a) As decorrentes da aquisição de veículos automóveis e outro equipamento para Corpo de Bombeiros; -----

-----b) As decorrentes da aquisição ou construção de imóveis para a AHBVSCT ou da sua ampliação. -----

----- **70.º** -----

----- **(Dos meios financeiros)** -----

-----Os meios financeiros na disposição da AHBVSCT são obrigatoriamente depositados em conta da Associação aberta em instituições de crédito, com excepção do estritamente necessário para suportar pequenas despesas correntes do dia-a-dia, que deverá ser guardado em cofre. -----

----- **CAPÍTULO VI** -----

----- **CONSELHO DISCIPLINAR** -----

-----71.º-----

----- (Estatuto e composição)-----

-----1. O Conselho Disciplinar é a instância de recurso hierárquico das decisões, em matéria disciplinar, do comandante do Corpo de Bombeiros. -

-----2. O Conselho Disciplinar é composto pelos presidentes da Mesa da Assembleia-Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal. -----

-----CAPÍTULO VII-----

----- DA REFORMA OU ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS -----

-----72.º-----

----- (Reforma ou alteração dos Estatutos)-----

-----1. Os presentes Estatutos só poderão ser reformados ou alterados em reunião extraordinária da Assembleia-Geral convocada extraordinariamente para esse efeito, sob proposta da Direcção ou a requerimento fundamentado de, pelo menos, cinquenta associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos. -----

-----2. Uma vez feita a convocatória, as alterações estatutárias propostas deverão ficar patentes aos associados na sede e em quaisquer outras instalações da associação, com a antecedência mínima de dois dias úteis em relação à data marcada para a reunião da Assembleia-Geral.-----

-----3. As deliberações sobre alterações aos estatutos exigem o voto favorável de, pelo menos, três quartos do número de associados presentes.

-----4. O disposto no número anterior não é aplicável caso a exigência de alteração decorra da lei. -----

----- CAPÍTULO VIII-----

----- DA DISSOLUÇÃO-----

-----73.º-----

----- **(Dissolução)** -----

-----1. A AHBVSCT dissolve-se nos termos da Lei geral.-----

-----2. A Assembleia-Geral só pode deliberar sobre a dissolução da AHBVSCT através de convocatória expressamente efectuada para o efeito, nos termos previstos nos estatutos e aprovada por um número de votos não inferior a cinco sextos da totalidade dos Associados efectivos existentes à data da realização da Assembleia-Geral. -----

-----3. A Assembleia-Geral que deliberar a dissolução nomeará os liquidatários de entre os Associados efectivos presentes.-----

-----4. A liquidação e partilha de bens, uma vez dissolvida, serão feitas nos termos da lei geral.-----

----- **CAPÍTULO IX** -----

----- **DISPOSIÇÕES FINAIS** -----

-----74.º-----

----- **(Lei aplicável)** -----

-----A AHBVSCT no exercício das suas actividades, regular-se-á de harmonia com o respectivo regime jurídico e com a demais legislação que lhe aplicável.-----

-----75.º-----

----- **(Corpo de Bombeiros)** -----

-----O Corpo de Bombeiros criado e detido pela AHBVSCT rege-se pelo regime jurídico que for aplicável em cada momento aos Corpos de Bombeiros e aos Bombeiros, e ainda pelo Regulamento Interno do Corpo de Bombeiros, depois de homologado pela Autoridade Nacional de

Protecção Civil. -----

-----76.º-----

----- **(Duvidas e casos omissos)** -----

-----As dúvidas e os casos omissos provenientes da interpretação e execução dos presentes estatutos serão resolvidos em reunião conjunta dos órgãos sociais, solicitada pela Direcção ou pelo Conselho Fiscal ao presidente da Mesa da Assembleia-Geral, o qual, por si só, também poderá promover, se assim o entender, a sua efectivação, de acordo com a lei e os princípios gerais do direito.-----

-----77.º-----

----- **(Norma transitória)** -----

-----1. Os presentes estatutos entrarão em vigor imediatamente após aprovação em Assembleia-Geral. -----

-----2. Nas matérias relativas aos órgãos sociais, designadamente quanto à sua composição, as alterações constantes dos presentes estatutos só entrarão em vigor no final do mandato em curso à data da sua publicação.-----

----- **ASSIM O DISSE E OUTORGOU.** -----

-----**Exibiu:** Certificado de admissibilidade emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas em 20/01/2012. -----

-----Esta escritura foi lida ao outorgante e ao mesmo explicado o seu conteúdo.
